

# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

## **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL (CLJR):**

### **Novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá**

**PARECER Nº 68**, 26 de setembro de 2022.

**OBJETO:** Projeto de Decreto Legislativo nº 13/2022, que “Dispõe sobre a concessão Título de Personalidade Ubaense do Ano ao Pastor José Cesário Júnior.

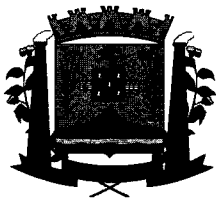
**AUTORIA:** VEREADOR JOSÉ ROBERTO REIS FILGUEIRAS

### **1- RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei, de origem parlamentar, que visa a concessão do Título de Personalidade Ubaense do Ano, com fulcro no novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá.

A presente proposição, após passar pela discussão nesta Comissão, entrará em pauta observando os termos regimentais, em Sessão ordinária ou extraordinária. Registra-se que por se tratar de decreto legislativo, não se submeterá à apreciação do poder executivo.

O Vereador *José Roberto Reis Filgueiras* indicou, para ser agraciado em Sessão Extraordinária do Legislativo Ubaense em data previamente designada com o referido Título, o Pastor José Cesário Júnior.



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

Desse modo, seguindo os ditames regimentais, vem a esta comissão o projeto em questão, a fim de ser apreciada quanto aos seus aspectos constitucional, legal e jurídico, com fulcro no artigo 41 do novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Ubá (Resolução 1/2022):

***Art. 41. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sem prejuízo dos assuntos específicos das demais comissões, sobre todos os assuntos quanto ao aspecto constitucional, legal ou jurídico e quanto à forma técnico-legislativa e de linguística das proposições e:***

***I - manifestar sobre todas as matérias e proposições em tramitação na Câmara;***

***II - fazer a redação final das proposições que sofrerem modificações em Comissão ou em Plenário.***

Feito o relatório, passa-se a opinar.

## **I- FUNDAMENTAÇÃO**

A priori, trata-se de Decreto Legislativo, uma espécie normativa que regula as matérias de competência exclusiva do Poder Legislativo, não se submetendo ao crivo do poder executivo.

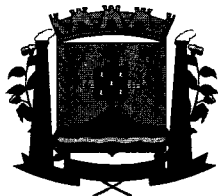
Ademais, o art. 21, incisos I e LII, da Lei Orgânica Municipal, que assim preceitua:

***Art. 21 Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:***

***I - Legislar sobre assuntos de interesse local***

***(...)***

***LII - conceder título honorífico a pessoas que tenham reconhecidamente prestado serviços ao Município, mediante Lei***



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

*Municipal, aprovada em votação secreta, nos termos do artigo 36, desta Lei Orgânica;*

(...)

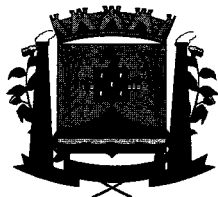
O Regimento Interno, em vigor, dispõe, no capítulo IV, acerca da concessão de títulos honoríficos e, dentre eles, o Título de Personalidade Ubaense do Ano. Trata-se de uma homenagem concedida a pessoa física ou jurídica e que tenha promovido a cidade ou que tenha efetivamente prestado relevantes serviços ao povo de Ubá, conforme preconiza o art. 162.

Nesse liame, o parágrafo único do artigo mencionado estabelecer o dia 30 de junho de cada ano como prazo máximo para que cada vereador indique o nome de uma pessoa a ser homenageada, e o projeto em epígrafe foi apresentado no dia 27 de junho do corrente ano indicando a pessoa a ser homenageada, o Pastor José Cesário Júnior.

Nesse mister, a fim de justificar a indicação, vale destacar qualidades pessoais e profissionais do homenageado apresentadas pelo autor do projeto, em conformidade com o art. 158, §1º do novo RICMU. Destacam-se as seguintes: “Pastor na igreja evangélica congregacional a 6 anos; Teólogo pela faculdade, FATEARD; CAPELÃO pela UCEBRAS; Professor de teologia; Formação em línguas pela Tsaid. Realiza trabalho filantrópico na comunidade Vila Casal, no município de Ubá, em recuperação dos viciados em drogas”.

No que concerne ao quórum de aprovação, estabelece o §2º do art. 158 do novo RICMU que será de 2/3 (dois terços) dos membros, e caso rejeitada, não será passível sua substituição.

## **II- CONCLUSÃO**



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

*Ex positis*, considerando o preenchimento dos requisitos regimentais para a concessão do referido título honorífico, manifesto *favoravelmente* à aprovação do Decreto Legislativo nº 13/2022.

Ubá, 26 de setembro de 2022.

**JOSÉ MARIA FERNANDES**  
**RELATOR**

## MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



Aprovado



Rejeitado

Por: todos

Em: 26 / 09 / 22

**Vereador**  
**Presidente da CLJR**